

Sociedade
Beneficente de
Senhoras Hospital
Sírio-Libanês

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 15, a Sociedade realizou um processo de investigação interna sobre alegações relacionadas ao processo de reconhecimento de receitas ("investigação"). A investigação identificou potenciais não conformidades na execução de contratos relacionadas ao reconhecimento de receitas, as quais, em função de incertezas de natureza jurídica e de apuração não foram mensuradas. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada sobre o impacto deste assunto nas rubricas relacionadas ao processo de reconhecimento de receitas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nem tampouco sobre o impacto acumulado de períodos anteriores em 1º de janeiro de 2019, bem como não nos foi possível determinar a necessidade de ajustes a esses valores e divulgações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de outubro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	267.301	118.668	Fornecedores	8	213.319	179.532
Títulos e valores mobiliários	4	44.968	52.421	Obrigações trabalhistas	9	101.031	89.860
Contas a receber de pacientes e convênios	5	571.518	620.968	Empréstimos	10	301.462	38.716
Estoques		83.634	71.024	Arrendamento mercantil financeiro	11	32.505	7.522
Outras contas a receber		53.668	38.549	Outras contas a pagar	12	113.654	58.694
				Provisão para gastos com filantropia	25	-	22.337
Total do ativo circulante		1.021.089	901.630	Total do passivo circulante		761.971	396.661
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos	10	272.100	432.756
Depósitos judiciais	13	25.206	24.743	Arrendamento mercantil financeiro	11	171.958	157.092
Outras contas a receber		15.999	-	Provisões para contingências	13	7.354	9.288
				Total do passivo não circulante		451.412	599.136
Total do realizável a longo prazo		41.205	24.743				
Imobilizado	6	1.623.276	1.667.052	Patrimônio líquido	14		
Propriedades para investimento		4.080	4.080	Patrimônio social		1.572.426	1.676.270
Direito de uso	7	179.509	159.832	Doações acumuladas		46.923	46.923
				Reserva de reavaliação		36.427	38.347
Total do ativo não circulante		1.848.070	1.855.707	Total do patrimônio líquido		1.655.776	1.761.540
				Total do passivo		2.869.159	2.757.337
Total do ativo		2.869.159	2.757.337				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírrio-Libanês

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais	15	2.202.915	2.274.849
Custos e despesas operacionais			
Medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(924.256)	(873.868)
Despesa com pessoal e encargos	17	(789.010)	(759.239)
Despesas administrativas e gerais	18	(339.961)	(373.082)
Depreciações e amortizações		(156.225)	(111.045)
Provisão para perdas esperadas	5	(109.329)	(49.652)
Outras receitas operacionais líquidas	19	42.330	13.060
		<u>(2.276.451)</u>	<u>(2.153.826)</u>
(Déficit) superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>(73.536)</u>	<u>121.023</u>
Receitas financeiras	20	17.837	25.852
Despesas financeiras	20	<u>(63.755)</u>	<u>(75.950)</u>
Despesas financeiras, líquidas	20	<u>(45.918)</u>	<u>(50.098)</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u><u>(119.454)</u></u>	<u><u>70.925</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
(Déficit) superávit do exercício	<u>(119.454)</u>	<u>70.925</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(119.454)</u></u>	<u><u>70.925</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Doações acumuladas	Reserva de reavaliação	(Déficit) superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	<u>1.597.468</u>	<u>46.923</u>	<u>46.224</u>	-	<u>1.690.615</u>
Realização da reserva de reavaliação	7.877	-	(7.877)	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	70.925	70.925
Incorporação do superávit ao patrimônio social	70.925	-	-	(70.925)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.676.270</u>	<u>46.923</u>	<u>38.347</u>	-	<u>1.761.540</u>
Realização da reserva de reavaliação	1.920	-	(1.920)	-	-
Crédito tributário "PIS" de exercícios anteriores	13.690	-	-	-	13.690
Déficit do exercício	-	-	-	(119.454)	(119.454)
Absorção do déficit ao patrimônio social	(119.454)	-	-	119.454	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.572.426</u>	<u>46.923</u>	<u>36.427</u>	-	<u>1.655.776</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa da atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(119.454)	70.925
Ajuste por		
Depreciação e amortização	156.225	111.045
Provisão para perdas esperadas e perdas efetivas	109.329	49.652
Provisão para glosas e descontos	106.519	42.029
Perdas efetivas com glosas	79.474	39.076
Juros de empréstimos	18.269	32.983
Juros de arrendamento	19.412	12.735
Atualizações monetárias e variações cambiais, líquidas	794	5.096
Reversão da provisão para gastos com filantropia	(22.337)	(1.974)
Reversão da provisão de perda, líquido de perdão de dívida - partes relacionadas	14.405	-
Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(2.778)	-
Resultado na venda de ativos imobilizados	285	541
(Reversão) constituição em provisões de contingências	(1.934)	1.963
	<u>358.209</u>	<u>364.071</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber de pacientes e convênios	(245.872)	(244.665)
Estoques	(12.610)	(16.152)
Outras contas a receber	(29.055)	1.866
Depósitos judiciais	(463)	43.445
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	25.440	19.065
Obrigações trabalhistas e tributárias	11.171	14.929
Outras contas a pagar	54.960	10.527
	<u>161.780</u>	<u>193.086</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	161.780	193.086
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de propriedades para investimento	-	(4.080)
Titulos e valores mobiliários	7.453	(2.114)
Aquisição de ativo imobilizado	(70.247)	(181.429)
	<u>(62.794)</u>	<u>(187.623)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(62.794)	(187.623)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
<i>Empréstimos</i>		
Captação de empréstimos	280.000	341.000
Amortização do principal	(177.224)	(421.021)
Amortização dos juros	(18.293)	(33.721)
<i>Arrendamento mercantil</i>		
Pagamento principal e juros	(34.836)	(28.697)
	<u>49.647</u>	<u>(142.439)</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	49.647	(142.439)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	148.633	(136.976)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	118.668	255.644
No fim do exercício	267.301	118.668
	<u>148.633</u>	<u>(136.976)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	148.633	(136.976)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês (“Sociedade”), fundada em 1º de dezembro de 1921, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade de lucro, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira. A Sociedade tem por objeto a promoção de obras de assistência social e a prestação de serviços hospitalares.

- **Hospital:** Oferece assistência médica, que engloba todas as etapas do cuidado com a saúde. Atendimento médico de emergência, unidade de terapia intensiva, ampla medicina diagnóstica, internações terapêuticas de alta complexidade, reabilitação, núcleos, centros de especialidade, dentre outros serviços. Para garantir a excelência do cuidado com os pacientes, oferece programas integrados de ensino e pesquisa a fim de manter todos os profissionais de saúde com conhecimento atualizado. A prática assistencial está alinhada às principais tendências médicas na área da saúde. Com a organização de serviços especializados de Medicina Avançada, qualificamos o cuidado médico na Sociedade. A Medicina Avançada é estruturada por núcleos e centros de especialidades médicas com o envolvimento de profissionais interdisciplinares. O Hospital olha para o futuro desses centros e os vê como uma fonte expressiva para a revelação e a retenção de novos talentos. Dessa forma, o conceito dos Núcleos e dos Centros de Medicina Avançada contribuiu significativamente para a qualidade do Corpo Clínico. Hoje, os médicos do Hospital estão reunidos em torno de seus Centros de Especialidades, com intercâmbio de experiências, o que possibilita mais informação e melhor atendimento.
- **Responsabilidade social:** A filantropia constitui o pilar social de nosso trabalho. É baseada em fazer mais para quem mais precisa e no protagonismo da nossa coletividade. Esse processo se dá por meio das políticas públicas de saúde voltadas aos cidadãos com acesso restrito a serviços de qualidade. A política que estabelecemos com nossos projetos filantrópicos visa a apoiar o Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de auxiliá-lo em seu desenvolvimento contínuo. Por esse motivo, nossas ações filantrópicas buscam compartilhar o conhecimento adquirido pela Sociedade para que as políticas coletivas de saúde e redes públicas de atenção médica tenham parâmetros mais eficazes e eficientes a fim de garantir a universalidade e integralidade da assistência aos cidadãos em geral. Diante disto, em 2020 desenvolvemos juntamente com o Ministério da Saúde, os Projetos filantrópicos abaixo:

Projetos filantrópicos

- Apoio as Ações Estratégicas do SUS
- Apoio às atividades da Agência Nacional de Saúde Suplementar em avaliação de Tecnologias em Saúde (ANS)
- Banco Público de Sangue de Cordão Umbilical - BSCUP-RH
- Bioengenharia para o Tratamento de Malformações Craniofaciais Congênitas

- Capacitação para identificação e tratamento precoce da SEPSE nas unidades de pronto atendimento (UPAS) em pacientes adultos.
- Curso EAD para capacitação em sangue, tecidos e células para inspetores de vigilância sanitária
- Desenvolvimento da Gestão de Programas de Residência e da Preceptoría no SUS (DGPSUS)
- DigiSUS: Formação de Recursos Humanos para a Implantação da Estratégia de e-Saúde do Brasil.
- Escola de Transplantes da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês
- Estudo multicêntrico, duplo-cego, randomizado, placebo-controlado sobre o efeito do (Carvedilol) na prevenção da cardiotoxicidade relacionada ao uso de antraciclinas.
- Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidências (ESPIE)
- IMPACTO MR
- Integração e Ampliação da Telessaúde para o apoio à regulação na qualificação do encaminhamento ambulatorial
- Melhorando a Segurança do Paciente em Larga Escala no Brasil
- Plano Ampliado de Desenvolvimento da Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (PADEpiSUS).
- Produção e Uso de Plasma rico em plaquetas (PRP) para fins terapêuticos não transfusionais.
- Rede Sentinelas em Ação
- Residências
- Terminologias de Medicamentos
- Vitamina C, Hidrocortisona e Tiamina em pacientes com choque séptico: estudo clínico randomizado (VITAMIN TRIAL).
- Biperideno para prevenção de epilepsia em pacientes com traumatismo crânio-encefálico
- Programa de cuidados paliativos no SUS – Atenção hospitalar, Ambulatorial especializada e Atenção hospitalar
- Apoio à retomada dos hospitais pós COVID-19
- **BNDES**
Consultoria e Assessoria Técnica aos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais em todo o Brasil

- **PRONON**
Abiraterona em doses reduzidas no Tratamento do câncer de próstata metastático resistente à castração.
- Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP): O IEP possui uma estrutura avançada e diversificada para o suporte das atividades de ensino e pesquisa. O Centro de Treinamento é equipado com moderna infraestrutura para cursos e pesquisa tecnológica nas mais diversas especialidades.

Ampliar as fronteiras da pesquisa científica em saúde é um dos objetivos do IEP. Os avançados laboratórios de pesquisa estão preparados para o desenvolvimento de projetos científicos sobre os mais abrangentes e complexos temas. Todo o desenvolvimento científico segue diretrizes e normas de pesquisa em saúde regulamentadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os cursos de educação continuada reúnem o que existe de mais avançado no cuidado médico, com abordagens educacionais inovadoras para a educação permanente de profissionais da saúde.

1.1 Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das companhias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, foi observado mudança no *mix* de atendimentos, aumento de atendimentos de emergências e redução de cirurgias eletivas. A Sociedade não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto.

Em 2020 a Covid-19 foi responsável por importante impacto em receita e resultado. Além de redução no número de internações, a pandemia fez cair o número de exames diagnósticos e de cirurgias eletivas. Adicionalmente, investimentos em estrutura física, equipamentos e recursos humanos, necessários para responder ao aumento do número de casos, geraram pressões negativas sobre a performance financeira.

1.2 Ações tomadas pela Administração em relação ao processo de receitas operacionais

A Sociedade, por determinação de seus órgãos de governança, fez realizar um processo de investigação interna, cujo término se deu em outubro de 2021, no sentido de averiguar alegações recebidas em relação ao processo de receitas operacionais (ver nota explicativa 15 – Receitas Operacionais), cobrindo o período de 2015 a 2020. Este processo foi conduzido de forma independente por escritórios especializados - de advocacia e de consultoria – com o acompanhamento permanente dos próprios órgãos de governança e de suas áreas Jurídica, de Compliance e de Auditoria Interna.

Com a conclusão dos trabalhos, a Administração da Sociedade identificou potenciais não conformidades na execução de contratos e iniciou um programa de revisão e aprimoramento de determinados procedimentos e controles internos para assegurar a eficácia de seus processos operacionais. Esse programa abrange:

- Revisão de processos operacionais, com a elevação de alçadas de aprovação, inclusão de validações e checklists, definição de novos protocolos, adequações de fluxos e responsabilidades, revisão de acessos e logins;
- Adequações de ferramentas, incluindo revisão de parâmetros de sistemas, geração de alertas sobre inconsistências, desenvolvimento de novas ferramentas de controle e gestão de informação, automatização de processos;
- Relatórios adicionais de controles; e
- Treinamento das equipes envolvidas, com recursos garantidos, abrangendo novos processos e condutas, conscientização sobre Compliance.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Diretoria de Senhoras em 25 de outubro de 2021 e pelo Conselho Deliberativo em 29 de outubro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** – mensuração da provisão para perdas esperadas e glosas;
- **Nota explicativa 6** - valor residual do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa 13** – mensuração das provisões para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Sociedade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativa 21** - instrumentos financeiros.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Receita de prestação de serviços

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo do serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Prestação de serviços hospitalares, ensino e pesquisa e outras receitas	<p>A Sociedade obtém o controle das receitas com atendimento de pacientes convênios, particulares, ensino e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades.</p> <p>As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 à 135 dias, conforme modalidade (pacientes particulares ou convênios). Os valores não faturados são apresentados como valores a faturar - ativos de contrato.</p> <p>Os contratos com as operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento.</p> <p>Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.</p>	<p>As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O preço dos serviços oferecidos são individuais por categoria, determinado com base nos preços de tabela em que a Sociedade vende serviços em transações separadas.</p> <p>As receitas são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquida de descontos, créditos e abatimentos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.</p>

c. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Sociedade pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Sociedade registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa nº 19.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Descontos obtidos ou concedidos.

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos financeiros que não possuem a característica de caixa e equivalentes de caixa são apresentados na rubrica de títulos e valores mobiliários.

f. Contas a receber de pacientes e convênios

As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor faturado. A conta valores a faturar refere-se serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As glosas e descontos efetuadas pelos Convênios estão contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos, conforme nota explicativa 5.

g. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Sociedade possui procedimento periódico para análise do custo e valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

Edificações	39 a 64
Instalações	20
Equipamentos hospitalares	10 a 26
Móveis e utensílios	7 a 15
Hardware	3 a 10
Software	1 a 5
Veículos	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 30

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Exceto para edificações, não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos da Sociedade em relação ao ano anterior.

A Sociedade elaborou um laudo com terceiros externos que modificou durante o exercício de 2020 a vida útil para as Edificações de 25 a 50 anos para 39 a 64 anos.

i. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente.

A Administração da Sociedade efetuou os testes para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020, e nenhum indicativo de impairment foi encontrado. Portanto, não haverá constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

j. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

k. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Instrumentos financeiros

O contas a receber de pacientes e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de pacientes e convênios sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de pacientes e convênios sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Sociedade não detinha nenhum ativo financeiro classificado como VJORA em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócios

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment, quando aplicável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Sociedade não detinha nenhum passivo financeiro classificado como VJR em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Sociedade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Sociedade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)

4 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	15.522	9.021
Aplicações financeiras	<u>251.779</u>	<u>109.647</u>
	<u>267.301</u>	<u>118.668</u>
Títulos e valores mobiliários		
Circulante	<u>44.968</u>	<u>52.421</u>

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros em média de 100,7% do CDI (100,3% em 2019). Em 2020 o rendimento das aplicações financeiras geraram receitas financeiras no montante de R\$ 6.937 (R\$ 12.113 em 2019)

Os títulos e valores mobiliários, mantidos no ativo circulante, em 2020 e 2019 referem-se a recursos em garantia requeridos nos contratos de empréstimos e financiamentos.

5 Contas a receber de pacientes e convênios

	2020	2019
Convênios e seguradoras	422.421	376.135
Cobrança judicial	126.741	111.370
Pacientes particulares	239.594	166.371
Cartão de crédito	23.997	22.192
Cheques a descontar	8.529	9.251
Cursos	10.624	7.986
Valores a faturar – ativo de contrato	<u>104.078</u>	<u>100.600</u>
	935.984	793.905
Provisão para perdas esperadas, glosas e descontos	<u>(364.466)</u>	<u>(172.937)</u>
	<u>571.518</u>	<u>620.968</u>

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2020	2019
A vencer	444.611	406.381
Vencidos até 30 dias	37.532	35.622
Vencidos entre 31 e 180 dias	142.221	115.879
Vencidos entre 181 e 360 dias	96.024	77.229
Vencidos há mais de 361 dias	<u>215.596</u>	<u>158.794</u>
	<u>935.984</u>	<u>793.905</u>

A provisão para perdas esperadas, glosas e descontos constituídas para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	<u>172.937</u>	<u>115.495</u>
Provisão para perdas esperadas - subtotal	<u>85.011</u>	<u>15.413</u>
(+) Constituições - provisão para perdas esperadas	100.521	29.127
(-) Reversões - provisão para perdas esperadas	(15.510)	(13.714)
Glosas e descontos – subtotal	<u>106.519</u>	<u>42.029</u>
(+) Constituições – glosas e descontos	164.854	58.055
(-) Reversões – glosas	(58.335)	(16.026)
Saldo em 31 de dezembro	<u>364.467</u>	<u>172.937</u>
Classificadas como:		
Provisão para perdas esperadas	213.964	128.953
Provisão de glosas e descontos	<u>150.503</u>	<u>43.984</u>
	<u>364.467</u>	<u>172.937</u>

Movimentação da despesas com provisão para perdas esperadas durante os exercícios:

	2020	2019
Perdas e reversões efetivas - baixa direta no resultado	24.318	34.239
Constituições	100.521	29.127
Reversões	<u>(15.510)</u>	<u>(13.714)</u>
	<u>109.329</u>	<u>49.652</u>

6 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adições (i)	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Custo					
Edificações	603.951	-	-	1	603.952
Edificações – reavaliação	55.908	-	-	-	55.908
Instalações	661.499	55	-	3.532	665.086
Maquinas e equipamentos	526.731	13.708	(839)	9.275	548.875
Terrenos	70.895	-	-	-	70.895
Móveis e utensílios	64.119	2.482	(295)	359	66.665
<i>Hardware e software</i>	141.310	15.519	(218)	2.118	158.729
Veículos	150	509	-	92	751
Patentes	1.500	-	-	-	1.500
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	146.089	-	-	3.883	149.972
Imobilizado em andamento (b)	<u>80.701</u>	<u>46.321</u>	<u>-</u>	<u>(19.260)</u>	<u>107.762</u>
Total custo	<u>2.352.853</u>	<u>78.594</u>	<u>(1.352)</u>	<u>-</u>	<u>2.430.095</u>
Depreciação					
Edificações	(99.879)	(14.651)	-	9.259	(105.271)
Edificações – reavaliação	(11.198)	(1.920)	-	(6.576)	(19.694)
Máquinas e equipamentos	(203.527)	(37.624)	767	(346)	(240.730)
Móveis e utensílios	(35.507)	(4.453)	230	(368)	(40.098)
Veículos	(132)	(83)	-	1	(214)
<i>Hardware e software</i>	(83.901)	(21.853)	70	(553)	(106.237)
Instalações	(216.586)	(32.916)	-	(1.412)	(250.914)
Benfeitorias em imóvel de terceiros	<u>(35.071)</u>	<u>(8.585)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(43.661)</u>
Total depreciação	<u>(685.801)</u>	<u>(122.085)</u>	<u>1.067</u>	<u>-</u>	<u>(806.819)</u>
Saldo líquido	<u>1.667.052</u>	<u>(43.491)</u>	<u>(285)</u>	<u>-</u>	<u>1.623.276</u>

- (i) Do total registrado em aquisições em 2020 no valor de R\$ 78.594, a Sociedade pagou no exercício o valor de R\$ 70.247.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Custo					
Edificações	603.631	-	-	320	603.951
Edificações – reavaliação	55.908	-	-	-	55.908
Instalações	622.398	16	-	39.085	661.499
Maquinas e equipamentos	426.469	69.307	(2.564)	33.519	526.731
Terrenos	70.895	-	-	-	70.895
Móveis e utensílios	55.307	5.330	(492)	3.974	64.119
Hardware e software	109.347	22.285	(599)	10.277	141.310
Veículos	150	-	-	-	150
Patentes	1.500	-	-	-	1.500
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	46.758	-	-	99.331	146.089
Imobilizado em andamento (b)	182.715	84.492	-	(186.506)	80.701
Total custo	<u>2.175.078</u>	<u>181.430</u>	<u>(3.655)</u>	<u>-</u>	<u>2.352.853</u>
Depreciação					
Edificações	(102.201)	2.322	-	-	(99.879)
Edificações - reavaliação	(11.123)	(75)	-	-	(11.198)
Máquinas e equipamentos	(173.172)	(32.505)	2.150	-	(203.527)
Móveis e utensílios	(31.651)	(4.252)	396	-	(35.507)
Veículos	(128)	(4)	-	-	(132)
Hardware e software	(67.125)	(17.344)	568	-	(83.901)
Instalações	(184.536)	(32.050)	-	-	(216.586)
Benfeitorias em imóvel de terceiros	(28.678)	(6.393)	-	-	(35.071)
Total depreciação	<u>(598.614)</u>	<u>(90.301)</u>	<u>3.114</u>	<u>-</u>	<u>(685.801)</u>
Saldo líquido	<u>1.576.464</u>	<u>91.129</u>	<u>(541)</u>	<u>-</u>	<u>1.667.052</u>

a. Benfeitorias em imóveis de terceiros

Com a abertura de uma nova filial, a Unidade Brasília VI, foram necessários investimentos em instalações em bens de terceiros para a devida adequação no atendimento de diagnóstico e procedimento hospitalar. Estas benfeitorias foram aplicadas nos imóveis das Unidades Itaim, Jardins, Brasília I, Brasília II, Brasília III, Hospital Sírio-Libanês Brasília e unidades de Saúde Populacional. As benfeitorias relacionadas a estes imóveis são depreciadas de acordo com o tempo de contrato de aluguel a partir da data de início das atividades.

b. Imobilizado em andamento

Refere-se a projetos de construções, reformas, desenvolvimento tecnológico, importação de equipamentos e adequações.

7 Direito de uso

A Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês possui operações de arrendamento de ativos como: imóveis e equipamentos médicos. Após criteriosa análise foi verificado que os contratos de aluguel de equipamentos médicos não atendem aos critérios aplicados no pronunciamento técnico CPC 06 (R2). A Sociedade não é responsável por sua manutenção e os equipamentos podem ser substituídos em qualquer momento.

O prazo médio dos contratos de locação de imóveis vão de 1 a 30 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

A alocação da amortização do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil é reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador.

Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Sociedade é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Vida útil anos	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Direito de uso – imóveis	1 a 30	180.576	53.817	(13.635)	220.758
Amortização direito de uso		<u>(20.744)</u>	<u>(34.140)</u>	<u>13.635</u>	<u>(41.249)</u>
Total		<u>159.832</u>	<u>19.677</u>	<u>-</u>	<u>179.509</u>

	Vida útil anos	Adição inicial	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Direito de uso – imóveis	2 a 30	176.002	4.574	-	180.576
Amortização direito de uso		<u>-</u>	<u>(20.744)</u>	<u>-</u>	<u>(20.744)</u>
Total		<u>176.002</u>	<u>(16.170)</u>	<u>-</u>	<u>159.832</u>

8 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	208.034	175.832
Fornecedores internacionais	<u>5.285</u>	<u>3.700</u>
	<u>213.319</u>	<u>179.532</u>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2020	2019
A vencer até 30 dias	102.144	96.937
A vencer de 31 a 180 dias	111.175	82.595
	<u>213.219</u>	<u>179.532</u>

9 Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Provisão de férias	74.252	66.739
Contribuições e encargos	26.779	23.121
	<u>101.031</u>	<u>89.860</u>

10 Empréstimos

Os empréstimos decorrem, basicamente, da utilização para capital de giro, conforme demonstramos a seguir:

Moeda nacional	Taxa a.a.	Finalidade	2020	2019
CRI Safra	CDI 98,5%	Obras	92.644	37.026
Bradesco	CDI 114%	Capital de giro	68.012	-
Itaú (i)	CDI 100,00%+1,89% aa	Capital de giro	140.000	-
Juros sobre empréstimos -		-	806	1.690
Passivo circulante			<u>301.462</u>	<u>38.716</u>
Moeda nacional	Taxa a.a.	Finalidade	2020	2019
CRI Safra	CDI 98,5%	Obras	-	92.684
Bradesco	CDI 114%	Capital de giro	272.100	340.072
Passivo não circulante			<u>272.100</u>	<u>432.756</u>
			<u>573.562</u>	<u>471.472</u>

- (i) Em 04 de maio de 2020 a Sociedade captou junto ao Banco Itaú o valor de R\$ 140.000, o qual foi liquidado em 23 de dezembro de 2020, em adicional, em dezembro de 2020 a Sociedade captou outro empréstimo junto ao Banco Itaú no valor de R\$ 140.000. A conciliação da movimentação patrimonial dos passivos financeiros com os fluxos de caixa da atividade de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa estão a seguir demonstradas.

*Sociedade Beneficente de Senhoras
Hospital Sirio-Libanês
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

	Principal		Juros		Apropriação comissão	Transferência	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização	Provisão			
<i>Circulante</i>							
Em moeda nacional	38.716	140.000	(177.224)	18.269	(18.293)	300.656	301.462
	38.716	140.000	(177.224)	18.269	(18.293)	300.656	301.462
<i>Não circulante</i>							
Em moeda nacional	432.756	140.000	-	-	-	(300.656)	272.100
	432.756	140.000	-	-	-	(300.656)	272.100
Total	471.472	280.000	(177.224)	18.269	(18.293)	-	573.562

	Principal		Juros		Apropriação comissão	Atualização monetária	Transferência	Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização	Provisão				
<i>Circulante</i>								
Em moeda nacional	92.082	-	(421.021)	32.983	(33.721)	5.741	362.842	38.716
	92.082	-	(421.021)	32.983	(33.721)	5.741	362.842	38.716
<i>Não circulante</i>								
Em moeda nacional	455.052	341.000	-	-	(454)	-	(362.842)	432.756
	455.052	341.000	-	-	(454)	-	(362.842)	432.756
Total	547.134	341.000	(421.021)	32.983	(33.721)	5.741	-	471.472

O saldo dos empréstimos classificados como passivo não circulante tem o seguinte prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	105.037
2022	68.011	105.037
2023	68.011	86.643
2024	68.039	68.011
2025	68.039	68.028
	<u>272.100</u>	<u>432.756</u>

Garantias

A base atual de empréstimos (CRI Safra e Capital de giro dos Bancos Bradesco e Itaú) não exigem garantias em contrato.

Cláusulas contratuais “indicadores financeiros”

Determinados compromissos preveem o cumprimento de indicadores econômico-financeiros, os quais incluem: EBTIDA sobre despesa financeira líquida e dívida líquida sobre a EBITDA.

Além das cláusulas relacionadas a indicadores financeiros, os contratos preveem outros compromissos como atendimentos a requerimentos legais e aderência a algumas boas práticas corporativas e administrativas. Devido aos fatos mencionados na Nota Explicativa 1.2 – Contexto Operacional, a Sociedade descumpriu o compromisso de entrega de suas demonstrações financeiras até 30 de abril 2021, conseqüentemente, houve a reclassificação do montante de R\$ 232.644 (R\$ 140.000 do Banco Itaú e R\$ 92.644 do Banco Safra) do passivo não circulante para o passivo circulante considerando possível vencimentos antecipados.

11 Arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, variando de acordo com o prazo de cada contrato e, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental que era de 10,36% e revista no exercício de 2020 com taxas que vão de 4,80% até 10,70%, composto conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2020, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil são:

Imóveis:	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro de	<u>164.614</u>	<u>176.002</u>
Adições	53.817	4.574
Provisão de juros	19.412	12.735
Amortização do principal e juros	(34.836)	(28.697)
Atualização monetária	1.456	-
Saldo em 31 de dezembro de	<u>204.463</u>	<u>164.614</u>

Tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos arrendamentos, demonstrando os pagamentos que serão feitos após a data base. De acordo com o CPC 06(R2):

	2020	2019
Até 1 ano	32.505	24.462
Mais de um ano e menos de cinco anos	112.479	95.986
Mais de cinco anos	<u>324.943</u>	<u>333.865</u>
	<u>469.927</u>	<u>454.313</u>
 (-) Encargos financeiros futuros	 <u>(265.464)</u>	 <u>(289.699)</u>
 Valor presente dos pagamentos mínimos	 <u>204.463</u>	 <u>164.614</u>
 Circulante	 32.505	 7.522
Não circulante	171.958	157.092

Os vencimentos das parcelas do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstrados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	21.640
2022	25.076	21.052
2023	24.394	20.232
2024	23.444	24.394
2025 em diante	<u>99.044</u>	<u>69.774</u>
	<u>171.958</u>	<u>157.092</u>

12 Outras contas a pagar

	2020	2019
Provisão de repasses médicos	28.676	26.466
Provisão de despesas, consignados e serviços contratados	6.349	16.757
Depósitos de pacientes	24.773	9.015
Adiantamentos de operadoras de convênios	52.875	5.892
Outros	<u>981</u>	<u>564</u>
	<u>113.654</u>	<u>58.694</u>

13 Provisões para contingências

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

	2020			2019		
	Saldo de contingência	Depósito judicial	Saldo líquido	Saldo de contingência	Depósito judicial	Saldo líquido
Cíveis	2.092		2.092	5.136	-	5.136
Trabalhistas	4.022		4.022	2.912	-	2.912
ISS s/faturamento (i)	-		-	-	-	-
FGTS	18.452	(18.452)	-	18.066	(18.066)	-
ITCMD	1.240		1.240	1.240	-	1.240
Total de contingências	25.806	(18.452)	7.354	27.354	(18.066)	9.288

As movimentações das contingências possuem a seguinte composição:

	2020				
	Saldo final 2019	Adição	Baixa	Atualização monetária	Saldo final 2020
Cíveis	5.136	255	(3.299)	-	2.092
Trabalhistas	2.912	2.647	(1.537)	-	4.022
ITCMD	1.240	-	-	-	1.240
FGTS	18.066	-	-	386	18.452
Depósitos judiciais	(18.066)	-	-	(386)	(18.452)
Total de contingências	9.288	2.902	(4.836)	-	7.354

	2019				
	Saldo final 2018	Adição	Baixa	Atualização monetária	Saldo final 2019
Cíveis	1.942	3.194	-	-	5.136
Trabalhistas	1.531	1.381	-	-	2.912
ISS sobre faturamento (i)	2.279	849	(3.128)	-	-
ITCMD	1.240	-	-	-	1.240
FGTS	16.770	1.097	-	199	18.066
Depósitos judiciais	(16.437)	(883)	-	(746)	(18.066)
Total de contingências	7.325	5.638	(3.128)	(547)	9.288

- (i) Em 2019 após avaliação jurídica e tributária a Sociedade optou pela reversão do ISS sobre faturamento de Brasília, considerando que a Sociedade é imune a esse tributo e o processo está em julgamento.

Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

	2020	2019
ICMS sobre importações de equipamentos	18.083	18.083
Outros depósitos	7.123	6.660
Total	25.206	24.743

Demandas Tributárias

A Sociedade está envolvida em processos tributários, decorrentes do curso normal dos seus negócios, avaliados com perda possível no montante R\$ 344.201 (R\$ 407.019 em 2019), sem provisão constituída, sendo discutido o cumprimento dos requisitos para fruição de sua imunidade, sendo os principais processos:

	2020	2019
Contribuição previdenciária referente à cota patronal não recolhida com base no CEBAS, referentes ao período de janeiro de 2001 a julho de 2002.	93.040	92.169
Contribuições à seguridade social, correspondentes à parte da Sociedade do período de agosto de 2002 a março de 2004	40.818	40.271
Cobrança cota SAT e contribuição de terceiros de 2006 a 2008	156.240	154.147
Processo judicial pleiteando o reconhecimento de imunidade nos processos de importação de ICMS no período de 2008 até 2012	48.838	49.959
Outros processos de natureza pulverizada	5.265	70.473
Total possível de perda - demandas tributárias	344.201	407.019

Demandas Cíveis

Os processos cíveis que a Sociedade está envolvida, decorrentes do curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O montante para os processos cíveis em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 20.361 (R\$ 32.839 em 2019),

Nas ações relacionadas às questões de erro médico, a Sociedade contrata seguro de responsabilidade civil que é acionado nas ações em curso para cobertura de eventual indenização.

Demandas Trabalhistas

Os processos trabalhistas que a Sociedade está envolvida, surgidos no curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O montante referente aos processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 8.343 (R\$ 9.284 em 2019).

14 Patrimônio líquido

14.1 Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Sociedade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, portanto, não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit e o déficit dos exercícios foram integralmente incorporados e absorvidos, respectivamente ao patrimônio social.

No caso de extinção ou dissolução da Sociedade, quaisquer que sejam as razões, todos os bens móveis e imóveis que integram o seu patrimônio social serão revertidos a uma ou mais instituições beneficentes, filantrópicas e de assistência social, consideradas de utilidade pública, indicadas e aprovadas pela Assembleia Geral, registradas como tal nos termos vigentes, localizadas preferencialmente no Estado de São Paulo.

14.2 Doações acumuladas

Representa as doações acumuladas de exercícios anteriores registradas diretamente no patrimônio líquido enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil (anterior a Lei 11.638/07 implementada a partir do ano de 2008) permitiam tal reconhecimento.

14.3 Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação foi constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2007. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o (déficit) superávit acumulado.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Sociedade possuir imunidade tributária.

15 Receitas operacionais

	2020	2019
Receita bruta		
Pacientes convênios	1.768.057	1.777.242
Pacientes particulares	619.136	567.877
Pacientes não pagantes	96.547	99.746
Ensino e pesquisa	28.346	31.464
Outras receitas	42.408	36.022
	<u>2.554.494</u>	<u>2.512.351</u>
Deduções		
Assistência prestada à pacientes não pagantes	(96.547)	(99.746)
Glosas e descontos (i)	(185.993)	(81.105)
Descontos e cancelamentos	(69.039)	(56.651)
	<u>(351.579)</u>	<u>(237.502)</u>
	<u>2.202.915</u>	<u>2.274.849</u>

(i) As glosas no valor de R\$ 185.993 (R\$ 81.105 em 2019) é composta por R\$ 106.519 (R\$ 42.029 em 2019) de provisão para glosas e descontos, conforme nota explicativa nº 5, e por R\$ 79.474 (R\$ 39.076 em 2019) de glosas já efetivadas registradas diretamente no resultado do exercício.

A partir dos procedimentos descritos na Nota Explicativa 1.2, a Administração identificou potenciais não conformidades na execução de contratos relacionadas ao reconhecimento de receitas da Sociedade, as quais não puderam ser reconhecidas contabilmente nos períodos corrente e anteriores em função de incertezas de natureza jurídica e de apuração que impediram sua mensuração razoável e correspondente alocação aos períodos afetados.

Embora não mensuráveis razoavelmente, as análises internas da administração estimam que o eventual impacto das potenciais não conformidades resultam em possíveis contingências que representariam no máximo 4% das receitas operacionais da Sociedade dos últimos 5 anos.

16 Medicamentos, materiais e serviços médicos

	2020	2019
Serviços médicos	(361.183)	(383.932)
Medicamentos	(293.020)	(259.595)
Materiais e descartáveis	(270.053)	(230.341)
	<u>(924.256)</u>	<u>(873.868)</u>

17 Despesa com pessoal e encargos

	2020	2019
Salários e ordenados	(632.152)	(610.382)
Benefícios a funcionários	(87.067)	(87.953)
Encargos sociais	(50.294)	(47.568)
Verbas indenizatórias	(19.497)	(13.336)
	<u>(789.010)</u>	<u>(759.239)</u>

18 Despesas administrativas e gerais

	2020	2019
Material de consumo	(62.517)	(56.780)
Consultoria e assessoria	(44.005)	(53.155)
Serviços de limpeza, lavanderia, segurança	(36.380)	(39.794)
Viagem e refeição	(13.144)	(35.619)
Utilidades - serviços públicos	(30.985)	(32.795)
Manutenção e engenharia	(27.231)	(29.091)
Suporte e infraestrutura de TI	(34.305)	(24.663)
Eventos, cursos e simpósios	(18.707)	(20.846)
Condomínio	(12.305)	(12.194)
Serviços de marketing	(9.830)	(11.282)
Nutrição	(11.092)	(11.211)
Seguros	(4.171)	(3.901)
Taxas	(2.350)	(2.979)
Taxas de cartões	(2.841)	(2.843)
Donativos	(2.196)	(2.634)
Trabalho voluntário	(823)	(634)
Outras despesas	(27.079)	(32.661)
Total	<u>(339.961)</u>	<u>(373.082)</u>

19 Outras receitas operacionais líquidas

	2020	2019
Receita de aluguel	5.101	5.834
Receita propriedade para investimentos	-	4.080
Reversões de filantropia (i)	22.337	1.974
Receita com trabalhos voluntários	822	634
Baixa por perdão de dívida – partes relacionadas	(3.953)	-
Reversão da provisão de perda – partes relacionadas	18.358	-
Outras (despesas) receitas diversas	(335)	538
	42.330	13.060

- (i) Em 2018 foi iniciado o novo triênio (2018-2020) referente ao envio de projetos Filantrópicos ao Ministério da Saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2009 e o Decreto nº 7.237/2010, as quais determinam, que a Sociedade deve aplicar no exercício vigente a imunidade referente ao exercício anterior. Durante o exercício e 2020 não se fez necessário constituir a provisão para gastos com filantropia, em razão do encerramento do triênio (2018-2020), entretanto, o saldo de provisão em 2019 no valor de R\$ 22.337 referente a contribuição imune cujo montante foi aplicado em projeto filantropia foi revertido em dezembro de 2020.

20 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	6.937	12.113
Atualizações monetária ativa	1.071	4.782
Variações cambiais ativas	5.587	4.410
Juros ativos	2.854	2.864
Descontos obtidos	1.388	1.683
	17.837	25.852

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(18.269)	(32.983)
Juros de direito uso	(19.412)	(12.735)
Encargos sobre empréstimos	(666)	(7.864)
Desconto concedido hospitalar e ensino	(15.535)	(7.216)
Atualizações monetárias passivas	(641)	(6.207)
Variações cambiais passivas	(4.786)	(4.054)
Outras despesas financeiras	(4.446)	(4.891)
	(63.755)	(75.950)
Despesas financeiras, líquidas	(45.918)	(50.098)

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez

- Risco de mercado
- Risco de moeda

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos de investimento.

- **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários** Títulos e valores mobiliários - A política de gestão de risco corporativo determina que a Sociedade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Sociedade. A Sociedade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.
- **Contas a receber de clientes** - Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares, a Sociedade constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências.

A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	267.301	118.668
Títulos e valores mobiliários	4	44.968	52.421
Contas a receber de pacientes e convênios	5	571.518	620.968
Outras contas a receber		69.667	38.549
Total		953.454	830.606

Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31/12/2020		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	6 - 12 meses	1 -2 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos	573.562	609.340	267.850	35.000	136.400	170.090
Fornecedores	213.319	213.319	213.319	-	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	204.463	286.965	5.815	26.690	49.366	205.094
Outras contas a pagar	113.654	113.654	113.654	-	-	-
Total	1.104.998	1.223.278	600.638	61.690	185.766	375.184

31/12/2019		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	6 - 12 meses	1 -2 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos	471.472	542.775	30.717	29.663	163.253	319.142
Fornecedores	179.532	179.532	179.532	-	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	164.614	291.187	3.050	21.411	40.361	226.365
Outras contas a pagar	58.694	58.694	58.694	-	-	-
Total	874.312	1.072.188	271.993	51.074	203.614	545.507

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Sociedade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Sociedade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Sociedade.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo renda fixa.

Risco de moeda

O risco de moeda em relação as taxas de câmbio é mitigado, uma vez que a Sociedade possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e não possui contas a receber, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Gestão de capital

A política da Administração da Sociedade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Sociedade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações significativas.

22 Partes relacionadas

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”) e Unidade pertencente ao instituto:

O IRSSL é uma organização social cujo a Sociedade é mantenedora. Em 2016 e 2017 a Sociedade efetuou aportes emergenciais ao Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”).

Os aportes foram efetuados no sentido de auxiliar o IRSSL na cobertura de seu fluxo de caixa operacional. Os aportes não possuem garantia, juros e multa.

A Administração da Sociedade decidiu a partir de 2018 efetuar a provisão integral dos valores a receber do IRSSL em função das dificuldades de caixa enfrentada por essa entidade.

Em abril de 2021 foi assinado um instrumento particular de confissão, remissão e renegociação de dívida entre a Sociedade e o IRSSL, determinando um perdão de dívida no total de R\$ 3.953 e o parcelamento do restante no valor de R\$ 14.805 em 96 parcelas mensais e consecutivas a partir de 15 de abril de 2023.

Sendo assim, a provisão de perda foi totalmente revertida e o saldo de outras contas a receber atualizado a valor presente é de R\$ 12.027 em 31 de dezembro 2020, cuja movimentação está demonstrado a seguir:

Ativo não circulante	2020	2019
Valores e receber com o IRSSL	19.158	19.158
Provisão de perda	<u>(19.158)</u>	<u>(19.158)</u>
Saldo em 1º de janeiro de	-	-
Valor recebido	400	-
Baixa por perdão de dívida	(3.953)	-
Reversão da provisão de perda	18.358	-
Ajuste a valor presente	<u>(2.778)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de	<u>12.027</u>	<u>-</u>

Contribuições associativas no Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”)

	2020	2019
Contribuição associativa para cobertura das despesas da estrutura administrativa da unidade corporativa	5.872	4.321
Contribuição associativa para cobrir atendimentos e procedimentos efetuados em unidades do IRSSL, referente a projetos assistências do PROADI	29.478	18.410
	35.350	22.731

Durante o ano de 2019, a Sociedade aportou ao Hospital Municipal Menino Jesus (Unidade pertencente ao IRSSL) o valor de R\$ 1.155. Esse aporte foi efetuado em forma de doações de materiais de reforma.

Durante o ano de 2019, a Sociedade aportou ao Hospital Geral do Grajau (Unidade pertencente ao IRSSL) o valor de R\$ 2.061. Esse aporte foi efetuado em forma de doações de materiais de reforma.

Transações com membro da Diretoria e Conselho de Administração

Custos operacionais

Certos membros da Diretoria e Conselho de Administração mantém transações com a Sociedade, prestando serviços médico-hospitalares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de serviços médicos hospitalares prestados totalizou R\$ 41.274 (R\$ 71.810 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade possuía contas a pagar com partes relacionadas de R\$ 4.667 (R\$ 5.750 em 2019), conforme demonstrado a seguir:

	Custos com serviços médicos		Fornecedores e outras contas a pagar	
	2020	2019	2020	2019
ASH Clínica Medica EIRELI - EPP	143	-	11	-
Centro Paulista de Neurologia Ltda.	84	-	-	-
Unidade Paulista de Neurologia e Neurocirurgia S/S	191	-	3	-
Clínica Médica Dr. Paulo Ayroza S/S	111	-	10	-
Renalmed S/S	247	-	9	-
Clínica SWN S/S	83	-	8	-
Unidade Paulista de Hepatologia S/S	3.130	-	115	-
Big Data 4 Health Consultoria em Sistemas de Saúde S/S Ltda.	1.023	-	169	-
Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda.	13.015	-	2.217	-
São Paulo Serviços Médicos de Anestesia S/S Ltda.	5	-	-	-
Prime Health Serviços Médico-hospitalares e Participações Ltda.	23.242	-	2.125	-
Medcer Diagnóstico por Imagem Ltda.	-	65.590	-	5.285
UCO Serviços Médicos Ltda.	-	720	-	-
A.K. de Oncologia S/S e A.K. – Serviços Médicos S/S	-	5.500	-	465
	41.274	71.810	4.667	5.750

Remuneração da administração

A Sociedade não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração, comitês e diretoria de senhoras.

23 Tributos e contribuições

23.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade goza do benefício da imunidade do recolhimento do tributo e da contribuição acima citados incidentes sobre o resultado, de acordo com o art. 15 da Lei 9.532 de 1997 e art. 150 da Constituição Federal. Onde preenche os requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN) e art. 12 caput, § 2º, alíneas “a” a “e”, “g” e “h”, e § 3º da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

23.2 PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade estaria sujeita ao recolhimento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. Até o ano de 2017 a Sociedade efetuava o recolhimento via depósito judicial. No entanto, considerando a existência de discussão judicial e decisão favorável em 2017, não há portanto obrigatoriedade de efetuar novos depósitos judiciais em relação a esses valores.

23.3 COFINS

Por ser entidade filantrópica, a Sociedade é imune do recolhimento da COFINS incidente sobre suas receitas, de acordo com as Leis n.º 8.212/1991 (cujo atual correspondente é o artigo 29 da Lei 12.101/2009), onde os valores calculados anualmente até dezembro 2018 compõem juntamente com a Imunidade Previdenciária o total revertido em Projetos Filantrópicos. Em 2019 a Sociedade efetuou uma revisão jurídica e tributária nas bases de Impostos e Tributos a serem considerados para isenção de Filantropia – PROADI. Nessa revisão definiu-se por retirar o COFINS sobre receita operacional da referida base. Portanto, para o ano de 2021, início do novo triênio (2021 à 2023) será aplicado o valor de R\$ 140.241.

24 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Sociedade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos)
- IPVA (Imposto de Propriedade de Veículos Automotores)
- IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)

25 Filantropia

A Sociedade atendendo a lei nº 8.742/93 art.18 incisos IV, foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo processo nº 00000.111880/1962-00, deferida em sessão realizada no dia 02 de maio de 1963.

Em 2020 foi solicitada a 9ª renovação do CEBAS, pelo processo nº 25000.180215/2020-88, o qual foi encaminhado ao Ministério da Saúde, como determina o art. 21 da lei 12.101/2009, de 27 de novembro de 2009, sendo que enquanto este pedido estiver em análise junto ao DCEBAS, mantém-se válida a certificação anterior. Também no de 2009, a Sociedade passou a integrar o Grupo de Hospitais Estratégicos de Excelência junto ao Ministério da Saúde, para cumprimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e à Portaria nº 2.734/GM - MS de 17 de novembro de 2008, referente a aplicação de projetos filantrópicos junto ao Ministério da Saúde.

Com base na regra estabelecida pelo Ministério da Saúde, detalhada na nota 25, a Sociedade deverá aplicar aos projetos estabelecidos os valores que obteve de contribuições imunes respeitando-se a aplicação integral dentro do triênio 2018-2019-2020.

Os valores aplicados no triênio em relação às isenções usufruídas estão detalhados a seguir bem como as isenções usufruídas, destacando-se que os gastos em projetos foram superiores as isenções do período.

	2020	2019
Recursos aplicados em filantropia no período	162.064	172.663
Glosa	-	-
Recursos líquido aplicados em filantropia no período	162.064	172.663
Isenções à aplicar	2020	2019
COFINS	2.620	62.119
INSS Cota Patronal	130.758	108.570
Total de isenções usufruídas	133.378	170.689

Em 2019 a Sociedade efetuou uma revisão jurídica e tributária nas bases de cálculo de apuração de imunidades tributárias a serem considerados para isenção de Filantropia – PROADI-SUS. Com base em estudos internos e apoio dos seus assessores jurídicos, revisitou os critérios para mensuração da estimativa de gastos, de forma prospectiva e, com base nessa revisão definiu-se por retirar o COFINS da referida base de cálculo.

* * *

Denise Alves da Silva Jafet
Presidente da Sociedade Beneficente de Senhoras

Ana Claudia Tuma Zacharias
Presidente do Conselho Deliberativo

Fernando Ganem
Diretor Geral

Enrico Porta
Diretor Financeiro

Bruna da Silva Lobo
Contador
CRC 1SP270065/O-0